

YACHT CLUBE DA BAHIA

**Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2015 e de 2014
acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Contábeis**

CONTEÚDO:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Quadro I – Balanços Patrimoniais

Quadro II – Demonstrações dos Superávits

Quadro III – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro IV – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

SALVADOR

Av. Tancredo Neves, 1632, Torre Sul, CJ 1301
Caminho das Árvores CEP 41820-020 Salvador - BA
Tel +55 71 3113-4530 Fax +55 71 3113-4500

RIO DE JANEIRO

Rua do Ouvidor, 60, CJ 701
Centro CEP 20040-030 Rio de Janeiro - RJ
Tel +55 21 2221-9243 Fax + 55 21 2221-0032



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Salvador (BA), 21 de agosto de 2015.

Ao Conselho Deliberativo do
YACHT CLUBE DA BAHIA

Examinamos as demonstrações contábeis do **YACHT CLUBE DA BAHIA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), e ainda em observação aos preceitos da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do YACHT CLUBE DA BAHIA em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000).

Salvador, 21 de agosto de 2015.

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S
CRC-2BA – 000710/O

JOSÉ RENATO MENDONÇA
CONTADOR - CRC-1BA - 9.749/O-9



YACHT CLUBE DA BAHIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

ATIVO	30.06.15	30.06.14
CIRCULANTE		
Caixas e equivalentes de caixa (nota 3)	6.808	4.955
Contas a receber de associados (nota 4)	1.589	1.761
Cartões de crédito	300	319
Estoques (nota 5)	1.018	882
Outros créditos (nota 6)	1.228	638
Total do circulante	10.943	8.555
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo (nota 7)	2.077	1.767
Imobilizado (nota 8)	69.576	21.173
Total do não circulante	71.653	22.940
Total do ativo	82.596	31.495
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Títulos de sócios proprietários em poder do Clube (nota 9)	34.652	31.775
Total do ativo e das contas de compensação	117.248	63.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



YACHT CLUBE DA BAHIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores (nota 10)	824	611
Obrigações sociais e tributárias (nota 11)	641	466
Provisões trabalhistas (nota 12)	1.506	1.272
Outras contas a pagar (nota 13)	591	85
Total do circulante	3.562	2.434
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para contingências (nota 14)	334	461
Obrigações sociais e tributárias (nota 11)	69	99
Total do não circulante	403	560
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Fundo patrimonial (nota 15)	78.631	28.501
Total do Patrimônio Líquido	78.631	28.501
Total do passivo e do patrimônio líquido	82.596	31.495
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Títulos de sócios proprietários em poder do Clube (nota 9)	34.652	31.775
Total do passivo, patrimônio líquido e das contas de compensação	117.248	63.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO II

YACHT CLUBE DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Contribuições de associados	18.931	17.550
Vendas no bar e restaurante	8.520	7.748
Venda e transferências de títulos	2.089	2.219
Receita com réveillon	37	468
Venda de convites	375	384
Receita com realização de eventos	94	347
Contrato de exclusividade - merchandising	13	107
Receita de aluguéis	191	151
Outras receitas	981	936
Vendas e mensalidades canceladas	(162)	(184)
Tributos incidentes sobre a receita	(609)	(527)
Total das receitas	<u>30.460</u>	<u>29.199</u>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(5.425)	(5.095)
Despesas com pessoal (nota 16)	(13.112)	(12.451)
Despesas gerais e administrativas (nota 17)	(3.735)	(2.931)
Despesas com serviços públicos (nota 18)	(1.828)	(1.593)
Serviços de terceiros	(1.844)	(1.699)
Despesas com realização de eventos	(1.692)	(1.469)
Depreciações	(1.424)	(1.415)
Despesas com réveillon	(36)	(552)
Outras despesas operacionais	(165)	(275)
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(29.261)</u>	<u>(27.480)</u>
Resultado operacional	<u>1.199</u>	<u>1.719</u>
Receitas financeiras	895	608
Despesas financeiras	(323)	(315)
Resultado financeiro líquido	<u>572</u>	<u>293</u>
Superávit do exercício	<u>1.771</u>	<u>2.012</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO III

YACHT CLUBE DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE
JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

	<u>Fundo</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ajuste de</u> <u>Avaliação</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Superávit</u> <u>do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	26.488	-	-	26.488
Superávit do exercício	-	-	2.012	2.012
Apropriação do superávit do exercício	2.012	-	(2.012)	-
Saldos em 30 de junho de 2014	28.500	-	-	28.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	48.360	-	48.360
Superávit do exercício	-	-	1.771	1.771
Apropriação do superávit do exercício	1.771	-	(1.771)	-
Apropriação do Ajuste de Avaliação Patrimonial	48.360	(48.360)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2015	78.631	-	-	78.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO IV

YACHT CLUBE DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E
DE 2014
(Em milhares de Reais)

	30.06.15	30.06.14
Atividades operacionais		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.771	2.012
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
. Depreciação e amortização	1.424	1.415
. Variação da provisão para contingências de longo prazo	(127)	(173)
	<u>3.068</u>	<u>3.254</u>
Variações do Ativo Circulante		
. Contas a receber de associados	172	(509)
. Cartões de crédito	19	49
. Estoques	(136)	(293)
. Outros créditos	(591)	44
	<u>(536)</u>	<u>(709)</u>
Variações do Passivo Circulante		
. Fornecedores	213	(229)
. Salários a pagar	-	(226)
. Obrigações sociais e tributárias	145	195
. Obrigações trabalhistas	234	244
. Outras contas a pagar	506	(79)
	<u>1.098</u>	<u>(95)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.630	2.450
Atividades de investimento		
. Aquisição de imobilizado	(1.479)	(1.530)
. Baixa de imobilizado	12	15
. Redução (adição) ao realizável a longo prazo	(310)	(242)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.777)	(1.757)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.853	693
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.955	4.262
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	<u>6.808</u>	<u>4.955</u>
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.853	693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



YACHT CLUBE DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **YACHT CLUBE DA BAHIA (“ENTIDADE”)** foi fundado em 23 de maio de 1935, com duração indeterminada. É uma associação com personalidade jurídica, com a função de Clube Esportivo e Social, composta de 4.600 títulos patrimoniais. Em 30 de junho de 2015 o montante de 1.125 (1.171 em 30 de junho de 2014) títulos se encontrava em poder do Clube, podendo ser vendidos para filhos de sócios e novos sócios, mediante autorização prévia do Conselho Deliberativo.

A Entidade tem como finalidade promover e incentivar os esportes náuticos à vela e a motor, a pesca e a caça submarina, o esqui aquático, a natação e atividades correlatas e, subsidiariamente, quaisquer outros esportes náuticos ou terrestres.

Os recursos para manutenção da Entidade são obtidos através, principalmente, da contribuição dos associados (mensalidades) e das receitas de vendas do bar e do restaurante do Clube. As rendas, recursos e eventual superávit são integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais e institucionais. O superávit ou déficit de cada exercício é incorporado ao fundo patrimonial.

O Clube é dirigido pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva. O Conselho Deliberativo é constituído de 07 membros natos (todos os ex-Comodoros), membros efetivos (formado por 42 sócios-proprietários) e membros suplentes (formado por 21 sócios-proprietários). A Diretoria Executiva é presidida pelo Comodoro e composta pelo próprio Comodoro, 02 Vice-Comodoros e 11 Diretores.

Cabe à Diretoria Executiva administrar o patrimônio, zelar pelo bem estar dos sócios, promover o desenvolvimento econômico e social do Clube, entre outras atribuições, definidas no seu estatuto social.

O Comodoro, Sr. Antônio Carlos da Rosa, com gestão até 30/06/2015, é empresário e associado desde 1996.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O exercício social e financeiro do **YACHT CLUBE DA BAHIA** se inicia em 1º de julho e se encerra em 30 de junho do ano civil seguinte.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, alterada pelas Resoluções nº 1.285/2010, nº 1.319/2010, nº 1.324/2011 e nº 1.329/2011, bem como considerando a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 1.409/2012.



a) Aplicações financeiras

São avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos contratuais até a data do balanço.

b) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, sendo essa base de avaliação inferior ao valor de realização.

c) Imobilizado

Exceto quanto aos terrenos que estão registrados pelo valor do Laudo de avaliação, os demais itens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	<u>Taxa Anual</u>
Imóveis	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e sistemas	10% e 25%
Embarcações	20%
Decoração	10%
Instalações	10%
Equipamentos de academia	10%
Veículos	20%

Se houver uma indicação de mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. A Administração não identificou qualquer indicação de necessidade de revisão nas taxas de depreciação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor residual contábil no resultado.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados são as provisões e depreciações.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda por desvalorização ocorre quando o valor contábil de um ativo ou de um conjunto de ativos excede ao seu valor recuperável. A Entidade não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização.



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em 30 de junho de 2015 e de 2014 estavam assim representados:

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Caixa geral	15	44
Cheques a depositar	82	108
Contas correntes		
. Bradesco	91	111
. Banco do Brasil	2	-
. Caixa Econômica Federal	5	3
. Banco Itaú	1	1
	<u>99</u>	<u>115</u>
Aplicações financeiras		
. Bradesco	1.582	2.207
. Caixa Econômica Federal	4.304	1.558
. Banco do Brasil	439	663
. Banco Santander	4	3
. Banco Itaú	283	257
	<u>6.612</u>	<u>4.688</u>
Total	<u><u>6.808</u></u>	<u><u>4.955</u></u>

As aplicações financeiras referem-se, em sua totalidade, a aplicações em CDB, e estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados com base nas taxas de remuneração de cada título, as quais variam de 90,5% a 100,1% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE ASSOCIADOS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Mensalidades a receber (a)	2.007	1.741
Cheques pré-datados e créditos diversos (b)	619	637
Total	<u><u>2.626</u></u>	<u><u>2.378</u></u>
Ativo circulante	1.589	1.761
Ativo não circulante (nota nº 7)	958	617
Total	<u><u>2.547</u></u>	<u><u>2.378</u></u>

a) Mensalidades a receber

Correspondem às mensalidades pendentes de recebimento, vencidas ou a vencer, cobradas dos associados. Estão registradas no ativo circulante apenas as mensalidades a vencer e as vencidas há no máximo seis meses. As mensalidades vencidas de sete a vinte e quatro meses são reclassificadas



para o ativo não circulante, bem como os débitos remanescentes de associados que tiveram seus títulos reintegrados ao fundo patrimonial do Clube, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

b) Cheques pré-datados e créditos diversos

Refere-se a mensalidades renegociadas com os associados que estavam em atraso, pagas por meio de cheques pré-datados, registrados pelo valor das negociações. Também estão registrados nesta rubrica os valores relativos a eventos, taxa de inscrição, taxa de transferência e venda de títulos a serem pagos de forma parcelada.

5. ESTOQUES

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Almoxarifado central	330	360
Depósito de manutenção	227	190
Depósito de porcionamento	187	120
Mercadorias – no bar	125	90
Mercadorias – no restaurante	114	102
Mercadorias – na portaria	27	9
Secretaria – material de escritório	-	7
Mercadorias – no refeitório	8	4
Total	<u>1.018</u>	<u>882</u>

A Entidade não identificou itens em seu estoque que devessem ser reduzidos ao seu valor recuperável.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
IPTU 2015 a apropriar ao resultado (Nota 13)	454	-
Adiantamento de férias, salário e 13º salário	184	153
Bloqueio judicial	4	122
Empréstimos a funcionários	72	77
Despesas antecipadas	45	67
Adiantamentos a fornecedores	18	21
Cheques devolvidos	45	65
IPTU a recuperar	183	-
INSS a recuperar (a)	56	56
Contrato CRBS S/A (b)	19	19
Outros	148	58
Total	<u>1.228</u>	<u>638</u>

a) IPTU a recuperar

A Entidade protocolou junto à Prefeitura Municipal de Salvador um pedido de revisão do valor do IPTU referente ao exercício de 2015, tomando como base o laudo de avaliação elaborado pela empresa M Rocha Serviços de Engenharia (Ver Nota 08 – Imobilizado). A diferença entre o valor pago mensalmente, de acordo com o boleto de IPTU enviado pela Prefeitura, e o montante que o YACHT entende que é devido (conforme laudo), está sendo contabilizado no ativo como imposto a recuperar.



b) INSS a recuperar

Em janeiro de 2014, a Entidade requereu o parcelamento de diferenças de recolhimento a menor de INSS identificadas pela Receita Federal do Brasil, conforme detalhado na nota explicativa nº 11. Posteriormente, verificou-se que algumas destas diferenças já haviam sido recolhidas em períodos anteriores. O montante de R\$ 56 registrado como tributos a recuperar, refere-se ao valor identificado como recolhido a maior, para o qual a Entidade irá solicitar compensação.

c) Contrato CRBS S/A

Refere-se ao montante a receber proveniente de contrato da exclusividade de merchandising das marcas e do fornecimento dos produtos da CRBS S/A (AMBEV).

7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Depósitos judiciais fiscais (a)	1.119	1.119
Depósitos judiciais trabalhistas (b)	-	31
Mensalidades a receber (c)	958	617
Total	<u><u>2.077</u></u>	<u><u>1.767</u></u>

a) Depósitos judiciais fiscais

A partir do exercício findo em 30 de junho de 2008, a Entidade passou a depositar em juízo o valor da COFINS sobre as receitas do bar e do restaurante, objeto de questionamento por parte do FISCO. No ano de 2010 a Entidade solicitou adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais denominado de REFIS IV, conforme Lei nº 11.941/2009, sendo seu pedido homologado em 2011. Tendo em vista o pagamento do débito através do REFIS, a Entidade solicitou o encerramento da ação judicial. A baixa dos processos relacionados com COFINS foi solicitada, mas até a presente data, não há resposta. O processo continua em andamento.

De acordo com o Advogado que cuida do processo não se espera perda na realização do depósito.

b) Depósitos judiciais trabalhistas

A Entidade vem discutindo judicialmente a legalidade de algumas reclamações trabalhistas, tendo efetuado depósitos judiciais para ter direito a dar seguimento aos processos.

Em caso de decisão desfavorável à Entidade, quando do desfecho final dos processos em andamento, os depósitos a eles vinculados serão repassados à parte vencedora, como liquidação do valor do débito. Caso o valor a pagar seja maior do que o valor do depósito, a Entidade complementarará o pagamento. Conservadoramente, a Entidade mantém provisão para contingências, classificada no passivo não circulante, para os processos trabalhistas que, segundo os assessores jurídicos que cuidam dos processos, existe probabilidade de perda.

c) Mensalidades a receber

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Entidade registra no ativo não circulante os valores correspondentes às mensalidades a receber de associados em atraso há mais de seis meses, os quais não se converterão em perdas futuras para a Entidade pois poderão tornar-se títulos reincorporados ao seu fundo patrimonial, para posteriormente serem revendidos.



8. IMOBILIZADO

				30.06.15	30.06.14
	Custo de Aquisição	Ajuste Ava. Patrimonial	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	7.400	48.360	-	55.760	7.400
Imóveis	16.306	-	(7.794)	8.512	8.587
Instalações	111	-	(52)	59	65
Máquinas e Equipamentos	3.309	-	(1.192)	2.117	1.938
Móveis e Utensílios	3.899	-	(1.930)	1.969	1.943
Embarcações	496	-	(347)	149	155
Computadores e Sistemas	1.418	-	(739)	679	540
Decoração	15	-	(5)	10	10
Equipamentos de Academia	172	-	(35)	137	132
Veículos	105	-	(36)	69	85
Imobilizado em Formação	115	-	-	115	318
Total do imobilizado	33.346	48.360	(12.130)	69.576	21.173

Movimentação do Imobilizado Líquido no Exercício

	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Ajuste Aval. Patrimonial	Depreciação Acumulada	Saldo Final
Terrenos	7.400	-	-	-	48.360	-	55.760
Imóveis	8.587	111	(10)	677	-	(854)	8.511
Instalações	65	-	-	-	-	(6)	59
Máquinas e Equipamentos	1.938	418	-	(35)	-	(205)	2.116
Móveis e Utensílios	1.943	221	-	-	-	(195)	1.969
Embarcações	155	6	-	18	-	(29)	150
Computadores e Sistemas	540	243	-	-	-	(104)	679
Decoração	10	-	-	-	-	(1)	9
Equipamentos de Academia	132	3	-	18	-	(14)	139
Veículos	85	-	-	-	-	(16)	69
Imobilizado em Formação	318	477	(2)	(678)	-	-	115
Total do imobilizado	21.173	1.479	(12)	-	48.360	(1.424)	69.576

Com o objetivo de fundamentar o valor venal do terreno da sede do Clube para fins de cálculo do IPTU a ser pago à Prefeitura de Salvador, em fevereiro de 2015 a Administração do YACHT procedeu à nova avaliação deste imóvel com base em laudo elaborado pela empresa M Rocha – Serviços de Engenharia e Avaliações Ltda, que utilizou os procedimentos gerais da norma NBR 14653-1:2001 de avaliação de bens. Com base neste laudo o YACHT registrou contabilmente o montante de R\$ 48.360 mil a título de ajuste de variação patrimonial, o qual foi incorporado ao Fundo Patrimonial.



A depreciação do exercício encerrado em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 1.424 (em 2014, R\$ 1.415) sendo apropriada como despesa operacional.

Em 30 de junho de 2014, o imobilizado em formação se referia à obra de sistema de combate a incêndio e projeto de ampliação do Estaleiro. Já em 2015, se refere à obra Vila Brandão e projeto de ampliação do Estaleiro.

9. TÍTULOS DE SÓCIOS PROPRIETÁRIOS EM PODER DO CLUBE

Conforme descrito no artigo nº 01 do Estatuto Social, o Clube é composto por 4.600 títulos patrimoniais nominativos, sendo 4.500 destinados a pessoas físicas e 100 destinados a pessoas jurídicas. Desses títulos, 1.000 foram destinados, exclusivamente, à oferta para os filhos de sócios, sendo que o excedente poderá ser vendido a terceiros, a critério da Diretoria, mediante autorização prévia do Conselho Deliberativo.

Os títulos ainda não vendidos na data do balanço, em posse do Clube, estavam assim quantificados e valorizados:

	Títulos para Novos Sócios	Títulos para Filhos de Sócios	Total
<u>Em 30.06.2014</u>			
Quantidade	696	475	1.171
Valor unitário - R\$ mil	39,0	9,75	-
Valor total - R\$ mil	27.144	4.631	31.775
<u>Em 30.06.2015</u>			
Quantidade	702	423	1.125
Valor unitário - R\$ mil	42,90	10,72	-
Valor total - R\$ mil	30.116	4.536	34.652

Cada título para novos sócios equivale a 100 (cem) mensalidades vigentes, enquanto que os títulos para filhos de sócios valem 25 (vinte e cinco) mensalidades vigentes.

10. FORNECEDORES

	30.06.15	30.06.14
Alimentos e bebidas	235	241
Serviços de terceiros	200	101
Outros fornecedores	168	139
Obras e investimentos	3	-
Serviços públicos	90	10
Serviços eventos	30	23
Material de manutenção	56	59
Material de limpeza	42	38
Total	824	611

Representam débitos referentes à compra de materiais, alimentos e bebidas, obras e investimentos, manutenção, serviços de terceiros, eventos externos e outros de pequena monta para uso nas operações do Clube.



11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
INSS a recolher	236	264
Aforamento a pagar(a)	184	-
Parcelamento INSS (b)	85	91
FGTS a recolher	55	48
IRRF e outros tributos retidos na fonte	54	49
Parcelamento – Aforamento da União (a)	37	-
Parcelamento ISS (c)	28	63
ICMS	15	17
COFINS	10	13
PIS sobre folha	7	6
TCFA - Taxa de Contrib. Fiscal Ambiental (d)	-	12
Contribuição sindical	-	2
Total	<u>711</u>	<u>565</u>
Circulante	642	466
Não circulante	69	99
Total	<u>711</u>	<u>565</u>

a) Aforamento a Pagar e Parcelado

Em 08 de junho de 2015, a Entidade foi notificada quanto a existência de débitos relacionados à utilização de imóvel da União, relativos aos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2013, no montante de R\$ 166. O restante do valor provisionado refere-se à provisão do exercício de 2014 que não foi incluída na notificação recebida.

Os valores do aforamento referentes aos exercícios de 2011 e 2012 já foram objeto de parcelamento (60 parcelas), restando o saldo a pagar de R\$ 37 em 30 de junho de 2015, correspondente a 54 parcelas.

b) Parcelamento INSS

Em janeiro de 2014, a Entidade requereu o parcelamento de diferenças de recolhimento de INSS relativas às competências de junho e dezembro de 2011, abril, maio e julho de 2012 apontadas pela Receita Federal. O pagamento será realizado em 60 vezes restando, em 30 de junho de 2015, 54 parcelas a vencer.

c) Parcelamento ISS

Em maio de 2014, o Clube aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do Município de Salvador, instituído pela Lei nº 8.422/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 24.880, de 01 de Abril de 2014.

Foram incluídos no referido parcelamento valores de notificações lavradas contra a Entidade no ano de 2009, relativas, basicamente, à cobrança de ISS Entidade se beneficiou com a redução de multas e juros, dividindo o débito em 24 parcelas, restando em 30 de junho de 2015 10 parcelas a vencer.



d) TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental

Refere-se ao Termo de Compromisso Administrativo de Parcelamento e Confissão de Dívida, relativo ao período de 2001 a 2010, firmado junto ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, para pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA em 60 parcelas, quitadas em 30 de junho de 2015.

12. PROVISÕES TRABALHISTAS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Provisão para FGTS – rescisões	406	298
Provisão para 13º salário e encargos	430	369
Provisão de férias e encargos	670	584
Outros	-	21
Total	<u>1.506</u>	<u>1.272</u>

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
IPTU 2015 (nota 6)	454	-
Eventos a Realizar	55	42
Depósitos a Identificar	41	21
Outros	41	22
Total	<u>591</u>	<u>85</u>

IPTU

Até o exercício de 2010 a Entidade possuía diversos autos de infração cobrando valores do período de 1991 a 2000. A partir de 2001, a Entidade passou a recolher o IPTU regularmente, pois as premissas de cálculo do tributo foram alteradas pela Prefeitura, reduzindo significativamente os valores devidos. Em agosto de 2007, o Clube foi autuado em função da diferença de padrão de construção, relativo ao período de 2000 a 2007, no montante de R\$ 333, perfazendo o total de contingência com IPTU em R\$ 4.456.

Ao longo do exercício findo em 30 de junho de 2010, a Entidade realizou acordo extrajudicial com o Município de Salvador, obtendo ganho financeiro com a redução de juros e multa e com créditos tributários adquiridos de terceiros, liquidando todos os valores pendentes de IPTU junto à Prefeitura Municipal de Salvador.

Com a concretização do acordo no ano de 2010, a dívida foi integralmente quitada e o Clube solicitou extinção da autuação. Porém, até 30 de junho de 2015 a Prefeitura ainda não havia se manifestado a respeito do pedido e o Clube continua no aguardo.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
COFINS sobre vendas (a)	296	461
Provisões trabalhistas (b)	30	-
Ação indenizatória (c)	8	-
Total	<u>334</u>	<u>461</u>



a) COFINS sobre vendas

No exercício de 2000, a Entidade foi autuada para pagamento de COFINS incidente sobre as receitas do bar e restaurante para os períodos de apuração de 1994 a 1998, no valor de R\$ 128 (valor histórico). Em 2010, o Clube solicitou que os valores decorrentes desse Auto de Infração fossem incluídos no programa de parcelamento de débitos fiscais denominado de REFIS IV, conforme Lei nº 11.941/2009, sendo seu pedido homologado em 2011. O valor parcelado foi integralmente liquidado.

Em 2003, a Entidade entrou com ação ordinária declaratória contra a Fazenda Nacional questionando a exigibilidade da COFINS. Em função desse processo, a partir do exercício findo em 30 de junho de 2008, a Entidade passou a efetuar depósitos judiciais dos valores da COFINS relativos ao período de janeiro de 2006 a agosto de 2011. Embora existindo depósito Judicial, o valor da COFINS referente ao período de janeiro a outubro de 2008 (10 meses) foi liquidado através de parcelamento REFIS.

A partir de setembro de 2011 o Clube passou a recolher a COFINS mensalmente.

Os valores provisionados referentes ao período de janeiro de 2006 até junho de 2010 foram estornados, tendo em vista que estão prescritos. Portanto, o saldo da provisão para contingência em 30 de junho de 2015 (R\$ 296) representa o montante devido referente ao período não ainda prescrito (de julho de 2010 a agosto de 2011) para fazer face a eventuais perdas futuras.

O quadro a seguir resume a situação atual em relação à COFINS:

Período de apuração	Situação Original	Status Atual
2006 (12 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente.	Valor estornado contabilmente por estar prescrito.
2007 (12 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente.	Valor estornado contabilmente por estar prescrito.
2008 (12 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente. Obs: Mesmo realizando depósito judicial foram incluídos no REFIS e pagos os valores referentes ao período de janeiro a outubro de 2008.	Valor estornado contabilmente por estar prescrito.
2009 (12 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente.	Valor estornado contabilmente por estar prescrito.
2010 (12 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente.	Valor estornado contabilmente por estar prescrito até o mês de junho.
2011 – até agosto (08 meses)	Valor provisionado contabilmente e depositado judicialmente.	Ainda não estornado
Após setembro de 2011 e até junho de 2015	Valores pagos mensalmente	

Em 30/06/2015:

- O valor do depósito judicial (R\$ 1.119) se encontra pendente de liberação (ver Nota explicativa nº 07).

- O saldo da provisão para contingência (R\$ 296) refere-se ao período não prescrito de 14 meses (julho de 2010 a agosto de 2011) ainda não prescrito.



b) Provisões Trabalhistas

Os valores referentes às ações trabalhistas em curso foram provisionados com base nas estimativas efetuadas pela Administração da Entidade, embasadas em relatórios dos seus assessores jurídicos, e são considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com estas ações.

c) Ação Indenizatória

Em 2014 um sócio do Clube ingressou com ação indenizatória alegando que os funcionários do YACHT danificaram canoas havaianas de sua propriedade. Após audiência de conciliação, a ação foi julgada parcialmente procedente, condenando o Clube ao pagamento de R\$ 4 a título de indenização por danos morais e R\$ 4 por danos materiais.

Contingências Não Provisionadas

As demandas administrativas e/ou judiciais classificadas como de “possível” perda, ou seja, as demandas com probabilidade incerta de desembolsos financeiros futuros, nos termos das práticas contábeis em vigor não são provisionadas.

Fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Entidade constitui provisão para contingências, para os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade, ou seja, aquelas demandas com alta probabilidade de desembolsos financeiros futuros.

Em 30 de junho de 2015 existiam demandas contra o Clube classificadas como “possíveis”, não provisionadas, que segundo os consultores jurídicos da Entidade totalizavam R\$ 1.089, sendo:

- 13 ações de natureza trabalhista que somam o montante de R\$ 477;
- 02 ações indenizatórias que somam o montante de R\$ 612, sendo estas classificadas como remotas quanto ao valor e provável quanto ao desfecho.

15. FUNDO PATRIMONIAL

O superávit (déficit) apurado em cada exercício é integralmente apropriado ao fundo patrimonial, conforme definido no Estatuto Social do Clube. No exercício findo em 30 de junho de 2015 foi incorporado ao Fundo Patrimonial o montante de R\$ 48.360 a título de ajuste de variação patrimonial (ver Nota Explicativa nº 8).



16. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Salários e ordenados	(5.804)	(5.456)
INSS	(1.703)	(1.579)
Provisão de férias	(728)	(1.015)
Gorjeta legal	(537)	(501)
Vale transporte	(535)	(521)
Provisão para o 13º salário	(528)	(522)
FGTS	(492)	(458)
Assistência médica	(332)	(307)
Provisão FGTS sobre rescisões	(278)	(188)
Salários e ordenados – part time	(252)	(274)
Provisão encargos – part time	(275)	(232)
Rescisões	(216)	(250)
Provisão INSS sobre férias	(188)	(216)
Provisão INSS sobre 13º salário	(187)	(172)
Gorjeta legal – part time	(176)	(143)
Eventos Irrecuperáveis	(79)	-
Baixa de Processos Trabalhistas	(149)	-
Outras despesas	(653)	(617)
Total	<u>(13.112)</u>	<u>(12.451)</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
IPTU	(916)	(629)
Manutenção e reparos	(378)	(495)
Manutenção e conservação	(373)	(234)
Material de consumo	(336)	(199)
Manutenção de equipamentos	(291)	(141)
Consumo de gás	(159)	(139)
Material de reposição	(133)	(59)
Baixa sócios inativos	(123)	(201)
Aforamento da união	(306)	(53)
Clubes associados e sindicatos	(115)	(103)
Lavanderia	(101)	(93)
Aluguel de equipamento	(91)	(207)
Correio	(73)	(66)
Outros	(341)	(312)
Total	<u>(3.735)</u>	<u>(2.931)</u>



18. DESPESAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS

	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.14</u>
Água	(986)	(884)
Energia elétrica	(769)	(623)
Telefone	(73)	(86)
Total	<u>(1.828)</u>	<u>(1.593)</u>

19. SEGUROS

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, a Entidade possuía cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com o seu ativo imobilizado.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2015 e de 2014 a Entidade possuía instrumentos financeiros representados principalmente por aplicações junto a Instituições Financeiras. Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam do valor de mercado.

Não é prática da Entidade realizar aplicações de caráter especulativo em instrumentos derivativos ou quaisquer outras aplicações consideradas de risco relevante.

* * * * *